

RENAMO VIOLA ACORDO GERAL DE PAZ COM ASSALTO E OCUPAÇÃO DE DISTRITOS

● Governo exorta Forças Armadas para estarem alerta e prontas a repelir qualquer acção belicista

N. 21/10/92

O Governo da República de Moçambique divulgou na noite de ontem um comunicado através do qual exorta as Forças Armadas de Moçambique (FAM/FPLM) a continuar em estado de alerta e prontidão para rechaçar qualquer atitude ou tentativa de violação do Acordo Geral de Paz. O comunicado do Conselho de Ministros recebido cerca da meia-noite de ontem na nossa Redacção surge na sequência do assalto e ocupação de quatro distritos, nos últimos dias, nomeadamente Maganja da Costa, Angoche, Membá e Lugela,

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS

«A assinatura do Acordo Geral de Paz aos 4 de Outubro corrente em Roma, pelo Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano e pelo líder da Renamo, Afonso Macacheo Marceta Dhlakama, significou para todo o povo moçambicano e para a comunidade internacional, o fim da guerra, com início numa cessação imediata de hostilidades entre as partes até a entrada formal em vigor do cessar-fogo.

A Assembleia da República, aprovou por unanimidade o Acordo Geral de Paz, incorporando-o na ordem jurídica interna, tendo-se verificado a publicação em Boletim da República, no dia 15 de Outubro de 1992 que em consequência marcou o início formal do cessar-fogo.

O Acordo Geral de Paz, nos seus diferentes protocolos, preconiza o funcionamento e a existência de mecanismos adequados, concordados entre as partes, que se ocupam da supervisão e controlo da implementação do Acordo Geral de Paz, sob a presidência das Nações Unidas.

As duas partes — o Governo e a Renamo — acordaram o dia 15 de Outubro do corrente, como data da entrada em vigor do cessar-fogo com todas as consequências daí decorrentes.

Neste quadro, o Secretário-Geral das Nações Unidas, designou o seu Representante para a Presidência da Comissão de Supervisão e Controlo do Acordo Geral de Paz que chegou a Maputo no dia 15 de Outubro de 1992, bem como o chefe da equipa de observadores militares da ONU, para a Comissão do Cessar-Fogo, que

nas províncias da Zambézia e Nampula. O mesmo documento apela a todos os moçambicanos para que com calma e serenidade saibam defender o Acordo Geral de Paz, exercendo a vigilância necessária contra todos aqueles que, movidos pela ambição e por um espírito antipatriótico e belicista, tudo fazem para o pôr em causa. Pela sua importância e oportunidade, passamos a transcrever na íntegra o teor do referido comunicado:

chegou a Maputo no dia 14 de Outubro de 1992, acompanhado por parte da primeira equipa de observadores.

No dia 15 de Outubro corrente, o Presidente da República, recebeu em audiência o representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, senhor Aldo Ajello, a quem informou dos passos que estavam sendo empreendidos pelo Governo, visando cumprir com as obrigações decorrentes do Acordo Geral de Paz.

Assim, foi dado a conhecer:

- A composição da representação do Governo nas diferentes comissões preconizadas no Acordo Geral de Paz;
- As medidas tomadas e em curso, para facilitar a acomodação dos elementos da Renamo, designados para fazerem parte das comissões;
- As medidas tomadas e em curso, para garantir a acomodação dos observadores da ONU.

O Chefe do Estado solicitou ao representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, a tomada de medidas imediatas no sentido de garantir a entrada em funcionamento das comissões previstas no Acordo Geral de Paz, para se evitar atrasos logo de início.

O representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, informou ao Chefe do Estado da sua disponibilidade para se deslocar de imediato a Gorongosa, no sentido de persuadir o presidente da Renamo a enviar os seus mandatários.

Dentro do espírito de assegurar o cumprimento do Acordo, o Governo solicitou também à Renamo, através do seu representante na COMIVE, a indicação da data de chegada dos seus representantes, tendo sido informado que estes não haviam partido, por falta de meio de transporte entre Marínguê e Maputo.

Empreendidas acções para, a partir de Maputo e Beira, se colocar à disposição uma avioneta para o efeito, e enquanto se aguardava a comunicação relativa à hora a que esta deveria chegar a Marínguê, o Governo foi informado de que a delegação da Renamo não viria porque a Renamo pretendia em primeiro lugar saber das condições para a sua acomodação.

Ainda dentro do mesmo espírito, no dia 15 de Outubro de 1992, o Presidente da República, comunicou formalmente ao representante da Renamo na COMIVE, as respostas às preocupações da liderança da Renamo quanto à:

- alojamento
- protecção
- alimentação
- identificação
- ligação com a Imprensa,

assegurando que as condições estavam criadas e que o processo devia continuar.

No dia 18 de Outubro de 1992, o representante da Renamo, na COMIVE, em entrevista concedida aos meios de comunicação social nacional e estrangeira, tornou público um comunicado da sua organização fazendo referência a uma alegada movimentação das Forças Armadas de Moçambique em direcção a zonas supostamente sob controlo da Renamo, afirmando que tal se devia à pouca vontade do Governo em fazer respeitar o Acordo, ameaçando com retaliações.

É neste contexto que no dia 17 de Outubro corrente, elementos armados da Renamo atacam, assaltam e ocupam a sede do distrito de Maganja da Costa, no dia 18 e 19 do corrente atacam, assaltam e ocupam a sede do distrito de Angoche e no dia 19 de Outubro atacam e ocupam a sede do distrito de Membá, ao mesmo tempo que se vão registando concentrações de efectivos em diversos pontos do país com objectivos não muito claros.

Assim e tendo em conta que o Governo tudo fez ao seu alcance para o cumprimento do Acordo Geral de Paz, mantendo informado o representante do Secretário-Geral da ONU, que o Governo tem vindo a encarar de forma positiva o apoio logístico que as FAM têm prestado aos elementos da Renamo quando o solicitem de forma pacífica, que o Governo tem vindo a encorajar o espírito de reconciliação entre os elementos das FAM e da Renamo, o Governo considera que o comportamento da Renamo consistente em:

- Não se fazer representar nas comissões preconizadas no Acordo Geral de Paz, com a tarefa de supervisionar e controlar a sua implementação;
- Desencadear acções ofensivas contra alvos civis, numa estratégia deliberada de conquista de territórios e posições estratégicas;
- Emitir comunicados, em vez da utilização dos mecanismos acordados, como justificação prévia das violações que programou cometer,

constitue, violação grave e sistemática que põe seriamente em causa o Acordo Geral de Paz.

As actuações e atitudes de cada

parte não deixam margem a dúvidas sobre quem tem vontade de cumprir e está a cumprir e quem está determinado a violar o Acordo Geral de Paz e em particular o cessar-fogo.

Assim, à proclamada e tão saudada reconciliação de irmãos há quem queira opor ou sobrepor e perpetuar o discurso e métodos de inimigo num aberto desafio ao povo moçambicano e à comunidade internacional.

O Governo notificou já o representante do Secretário-Geral das Nações Unidas instando a intimar à Renamo a cumprir o Acordo Geral de Paz e a conduzir as suas actividades dentro dos parâmetros nele previstos.

O Governo, apela a todos os moçambicanos para que, com calma e serenidade, saibam defender o Acordo Geral de Paz, exercendo a vigilância necessária contra todos aqueles que, movidos pela ambição e por um espírito antipatriótico e belicista, tudo fazem para o pôr em causa.

Face à gravidade da situação, o Governo assume as responsabilidades que lhe cabem na defesa e segurança das populações e reserva-se o direito de tomar as medidas que achar adequadas para pôr termo às violações ocorridas e restaurar as condições para o respeito e implementação do Acordo Geral de Paz.

Nas presentes circunstâncias, as Forças Armadas de Moçambique devem continuar em estado de alerta e prontidão para rechaçar qualquer atitude ou tentativa de violação do Acordo Geral de Paz.

A LUTA CONTINUA!

Pela Paz, Democracia, Desenvolvimento e Solidariedade Nacional».

Maputo, 20 de Outubro de 1992